

CEDI - P.I.B.
DATA 06/04/88
COD.

E4D00050

PASTA 01

ESTUDOS PRELIMINARES QUE LEVARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO CALHA NORTE.

PROJETO CALHA NORTE

ÍNDICE

- 1 - ESTUDO N° 010/3ASC/87, DE 31 MAI 87.
- 2 - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N° 018/85, DE 19 JUN 85.
- 3 - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N° 770, DE 19 DEZ 85.
- 4 - Doc "PROJETO CALHA NORTE", DE DEZ 85.

ESTUDO Nº 010/3a.SC/85

Região norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas -
sugestão para a atuação do Governo Federal.

I N D I C E

1. ASSUNTO -----	F1. 01
2. ORIGEM -----	F1. 01
3. DADOS CONHECIDOS -----	F1. 01
4. APRECIAÇÃO -----	F1. 04
5. CONCLUSÃO -----	F1. 12
6. PROPOSTA -----	F1. 17

A N E X O

A - Minuta de Exposição de Motivos.

* * * *

SG/CSN

Em 31 de maio de 1985

ESTUDO Nº 010/3a.SC/85

1. ASSUNTO

Região Norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas - sugestões para a atuação do Governo Federal.

2. ORIGEM

Solicitação do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

3. DADOS CONHECIDOS

a. Finalidade

O presente estudo visa apresentar sugestões para o fortalecimento das expressões do Poder Nacional na área, com vistas a fazer face à possibilidade de extensão ao norte do continente sulamericano das repercuções do conflito Leste-Oeste em ação no Caribe e em particular na Guiana e no Suriname.

b. Caracterização Geográfica

A região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas compreende terras dos Estados do Amazonas e Pará, situadas à margem esquerda do Rio Amazonas, e ainda os Territórios do Amapá e de Roraima, abrangendo uma superfície de 1.221.000 km².

(Cont., ESTUDO Nº 010/3a, SC/85 ----- 02 --)

Seu clima tropical, úmido e quente, apresenta elevada pluviosidade ao longo do ano inteiro.

A maior parte da região pode ser considerada uma planície cortada por serras relativamente baixas, destacando-se ao Norte o Maciço das Guianas, onde se encontra o pico culminante do território nacional, o Pico da Neblina. Em face desse relevo, toda a região é drenada pelo Rio Amazonas e seus afluentes.

No que se refere à vegetação, é coberta pela floresta equatorial, com exceção de pequenas expressões de campos e cerrados, principalmente no Território de Roraima.

A interação da hidrografia com o relevo determinou a característica marcante da região, qual seja o domínio das terras baixas equatoriais florestadas, bem como a existência de tabuleiros e baixos platôs, entremeados por uma vasta malha de rios de vários portes, todos tributários do Amazonas, cabendo destaca-lor os Rios Branco, Japurá, Negro e Trombetas.

Diferentemente do que se propala, a Amazônia como um todo e a região em estudo não apresentam uniformidade no que concerne ao solo. Dependendo da formação geológica, apresentam classificações diversas, variando também conforme o relevo e proximidade dos rios. No entanto, de uma maneira geral, pode-se afirmar que esses solos, uma vez perdida a cobertura florestal, tornam-se altamente sujeitos à erosão e à rápida perda de aptidão agrícola.

c. Dados Demográficos

1) Território do Amapá - (140.276 km²)

- População total em 1980: 175.257; estimada em 1985: 215.000
- Densidade Demográfica : 1,5 hab/km²
- Taxa Média anual de crescimento : 4,37% * (1970-80)

* Descendente em relação às décadas anteriores

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a, SC/85) - 03 -

- População Urbana: 60%
- Migrantes : 28% (1980)
- População Indígena: 3.000 (1,39%)

2) Norte do Pará - (270.529 km²)

- População total em 1980: 195.711; estimada em 1985: 245.000
- Densidade Demográfica: 0,9 hab/km²
- Taxa média anual de crescimento: 4,64% ** (1970-80)
- População Urbana: 35%
- Migrantes: 16% (1980)
- População Indígena: 1.500 (0,76%)

3) Território de Roraima - (230.104 km²)

- População total em 1980: 79.159; estimada em 1985: 110.000
- Densidade Demográfica: 0,5 hab/km²
- Taxa Média Anual de crescimento: 6,86% ** (1970-80)
- População Urbana: 61%
- Migrantes: 31% (1980)
- População Indígena: 15.000 (13,6%)

4) Norte do Amazonas - (580.000 km²)

- População Total em 1980: 860.000, estimada em 1985: 1.050.000
- Densidade Demográfica: 1,8 hab/km²
- Taxa Média Anual de Crescimento: 4,1% ** (1970-80)
- População Urbana: 85%
- Migrantes: 10% (1980)
- População Indígena: 21.000 (2,4%)

** Ascendente em relação às décadas anteriores

(Cent. ESTUDO Nº 010/3a.SC/85)

- 04 -)

5) Dados Totais da Área

- Área 1.221.000 km² (14% do Brasil)
- População Total: em 1980: 1.310.000
- estimada em 1985: 1.620.000
- Densidade Demográfica : 0,9 hab/km² (1980)
1,2 hab/km² (1985)
- Taxa Média Anual de crescimento: 4,99% (1980)

4. APRECIAÇÃO

a. Aspectos Políticos

A região considerada delimita-se com quatro países e a Guiana Francesa.

A análise das conjunturas internas da Colômbia, Venezuela e Departamento Francês não indica, a curto prazo, possibilidade de comprometimento das relações bilaterais com o Brasil.

A Guiana e o Suriname, entretanto, em permanentes dificuldades econômicas, defrontam-se também com problemas oriundos de diferenças raciais, fontes de constante insatisfação social. Ambos os governos são presididos por lideranças "personalistas", calcadas politicamente em suas próprias etnias, sem coloração ideológica efetivamente definida, e cujas inclinações se condicionam a fatores de conveniência ou ao predomínio de correntes que se batem pelo poder. Assim, a instabilidade da situação interna não permite descartar a perspectiva de um alinhamento ao Bloco do Leste por qualquer dos dois.

Tal quadro, que pode afetar de maneira direta a nossa Segurança Nacional, causa apreensão na medida em que o engajamento daqueles países fronteiriços no conflito Leste-Oeste, de to-

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a.SC/85) - 05 -)

do indesejável, pode ocorrer não apenas por interferência cubana, apesar da atual postura de FIDEL CASTRO de não envolvimento direto na região, mas também por intervenção direta do governo norte-americano, que tende a superavaliar a possibilidade de expansão comunista na área.

A definição das fronteiras entre vizinhos, mormente Venezuela-Guiana e Guiana-Suriname, constitui outro foco de preocupação, em especial, devido à disparidade, muito acentuada no primeiro caso, dos poderes nacionais considerados. Em caso de confrontação, pode-se esperar que algum dos envolvidos recorra ou accite participação externa na contenda, igualmente permitindo a projeção do conflito Leste-Oeste em zona contígua ao Território Nacional.

No que concerne à nossa fronteira, a linha demarcatória já está toda delimitada em consequência de acordos bilaterais firmados. Em que pese não haver problemas de delimitação com os países vizinhos, a área em estudo apresenta uma séria deficiência no que diz respeito ao adensamento de marcos para caracterização das fronteiras. Em virtude das características da floresta amazônica, ocorrem, também, perdas e desaparecimento de marcos, provocados pela recuperação vegetal.

Naquela região funciona a 1ª Comissão Brasileira Demarcatória de Limites, sediada em Belém, com atribuições da inspeção unilateral das fronteiras e das campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos. Nos últimos 10 anos, o Brasil vem reduzindo expressivamente o aporte de recursos para os trabalhos de caracterização das fronteiras, diferentemente do que ocorre com outros países, mormente Venezuela e Colômbia.

A inexistência de conflitos de fronteira desses países com o Brasil e a existência desses problemas entre eles faz com que concentrem suas atenções na caracterização dos limites com o Brasil, o que, aliado à omissão do lado brasileiro, vem dando

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a.SC/85-----)

- 06 -)

ensejo a especulações diversas.

b. Aspectos Econômicos

A baixa densidade demográfica e a falta de uma rede viária determinam uma estrutura fundiária consubstanciada em latifúndios.

Assim a região ainda é marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas. Nos últimos anos, todavia, o extrativismo vem, paulatinamente, perdendo substância, substituído por atividades agrícolas que, embora predominantemente de subsistência, já apresentam alguns excedentes comerciais, particularmente nos Territórios de Roraima e Amapá.

Os projetos de grande porte se resumem aos de colonização de Monte Alegre (PA) e Anauá (RR), a cargo do INCRA, e o JARI.

O Projeto JARI, melhor qualificado como um complexo agropecuário e industrial, tem como principal base de atividades a localidade de Monte Dourado, Município de Almeirim (PA). Em razão da necessidade de presença do Governo Federal na área, foi criado, em 1980, o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas - GEBAM, órgão encarregado de acompanhar os projetos de desenvolvimento e colonização naquela região.

As pesquisas geológicas, realizadas pelo Projeto RADAM, confirmam a existência de consideráveis reservas minerais, em diversas áreas da região em estudo.

Pesquisas realizadas no Pará e Amapá, levaram o Governo Federal a criar a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, na área de atuação do GEBAM, cabendo à SG/CSN, juntamente com o MME, baixar normas para o aproveitamento desses minerais.

Na Serra do Navio (AP) está instalada a Indústria e Comércio de Minerais - ICOMI, maior produtor nacional de manganês. O projeto é controvertido em razão da presença de sócios estrangeiros e por ser voltado, exclusivamente, para a exportação

(Cont. ESTUDO N° 010/31SC/85)

- 07 -)

do minério "in natura". Projeções especializadas afirmam que o prazo de exploração econômica de suas reservas atingem, ainda, de 8 a 12 anos.

Entre as reservas de maior importância para o desenvolvimento regional, destacam-se as de bauxita metalúrgica, na área do Rio Trombetas (PA), a bauxita refratária, na região de Almeirim (PA), as reservas de cassiterita do Alto Rio Negro (AM), e as de caulim, nos Rios Jari e Capim (AP/PA), todos em processo de exploração comercial.

No Território de Roraima localizam-se jazidas de ouro, diamante e cassiterita, encontrados em depósitos aluvionares, jazimento típico de exploração de baixo custo e de retorno a curto prazo. A forma de extração mineral mais usual é a garimpagem, e as áreas mais exploradas situam-se na Serra dos Surucucus, cabeceiras dos Rios Uraricaca e Uraricoera, Rio Uaicas e Rio Araçaca.

O grande problema da exploração mineral no Território de Roraima, bem como em outras áreas do norte da calha dos Rios Solimões e Amazonas, reside no fato das regiões cadastradas como mais ricas em jazimentos minerais situarem-se em áreas indígenas, ou presumivelmente indígenas, ressaltando-se a região habitada pelos índios Yanomami.

A única usina hidrelétrica em operação na área é a Coaracy Nunes, no Amapá. A energia produzida, além de suprir as cidades de Macapá e Mazagão, atende diversas localidades adjacentes às mesmas. Na foz do Rio Uatamã, afluente do Amazonas está em construção a UHE Balbina, que deverá fornecer energia para Manaus e cidades vizinhas, por volta de 1988. Apesar dos esforços desenvolvidos, a energia de origem hidro ainda é insuficiente para atender às necessidades da área.

Quanto às rodovias, dois grandes eixos no sentido Norte-Sul se destacam: a ligação Jari (AP) - Oiapoque (AP), com 812 km de extensão, e a Manaus-Caracarai-Boa Vista-Marco BV8, na fronteira Brasil-Venezuela, com extensão de 800 km. Esse eixo, apresenta uma ramificação, Boa Vista-Bom Fim- Vida Nova, na fron-

(Cont. ESTUDO Nº 010/La. SC/85) - 08 -

teira com a Guiana. No sentido Leste-Oeste, está projetada a BR-210 - Perimetral Norte, que apresenta tráfegáveis 500 km para Oeste, partindo de Caracarai e um pequeno trecho no Amapá.

O transporte fluvial é muito utilizado, destacando-se a navegação no próprio Solimões-Amazonas, Branco e Negro. A estrutura aérea pode ser considerada como satisfatória, existindo aeroportos para aviões de grande porte em Boa Vista e Macapá e campos de pouso nas sedes dos municípios interioranos, fazendas e missões religiosas que apoiam áreas indígenas.

c. Aspectos Psicossociais

A região Norte da calha dos Rios Solimões e Amazonas, abrangendo 14% do território nacional, é povoada por uma população estimada em 1985 de 1.620.000 habitantes, correspondendo a 1,2% do total da Nação.

Considerando-se a densidade demográfica média para a região Norte como um todo, nota-se que a mesma elevou-se de aproximadamente 0,9 hab/km² em 1980 para cerca de 1,2 hab/km² em 1985. Este incremento vem refletindo uma taxa média anual de crescimento demográfico da ordem de 5%, mais que o dobro da verificada para o País.

Observa-se que esta taxa é influenciada fortemente pelo fluxo migratório de outras regiões, principalmente do Nordeste brasileiro, fluxo este composto, em quase sua totalidade, por seres carentes em busca de novas oportunidades, pouco acrescentando ao já precário nível da grande maioria da população nativa. Estes dados, no entanto, não expressam bem a realidade para a área objeto deste estudo, em face de seu maior isolamento e de suas difíceis características geo-econômicas, além do fato de a grande maioria da população concentrar-se nos núcleos habitacionais às margens das grandes vias fluviais. De qualquer forma, pode-se inferir que o aspecto principal da questão consiste no prenúncio de um crescimento quantitativo acelerado

(Cont., ESTUDO Nº 010/5a, SC/85 - 09 -)

da população, em detrimento de sua qualidade, dado preocupante em face da fragilidade ecológica da região e da extrema dificuldade imposta, pelo meio, aos esforços de desenvolvimento sócio-econômico.

Tal constatação agrava-se ante à incipienteza dos recursos educacionais e sanitários da região, disponíveis praticamente nos poucos centros urbanos de maior expressividade, mesmo assim com deficiência. O interior, essencialmente no Amazonas e no Pará, caracterizado pelas endemias naturais da região e pelos enormes óbices aos meios de comunicação, encontra-se reduzido a uma assistência deficitária, produzida, principalmente, por missões religiosas, voltadas, entretanto, ao atendimento primário dos silvícolas.

A população indígena, estimada em cerca de 40.500 índios, detentora de enormes reservas territoriais, representa um índice relativo de apenas 2,5% da população total da região considerada.

Verifica-se pois a configuração de um grande vazio demográfico na região como um todo, com sua população condicionada à ocupação das áreas ribeirinhas. As elevadas taxas de crescimento populacional constituem um elemento favorável, sendo, contudo, preocupantes, em face de se processarem em termos essencialmente quantitativos, de baixo nível, em detrimento de fator mais importante, que é a qualidade da população, em uma área extremamente carente de recursos sócio-econômicos e de difícil penetração.

No que tange ao interesse ecológico, a região em estudo, coberta em quase sua totalidade por formações vegetais diversas, com predominância da floresta tropical úmida, apresenta como importante característica a interdependência dos elementos solo, vegetação e água para sua sobrevivência. Metade das precipitações hídricas provêm da evapotranspiração da floresta, proveniente da absorção da abundante energia solar incidente.

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a.SC/85) - 10 -)

gerando ela própria condições de temperatura e umidade necessárias à existência dos recursos vegetais. A redução da cobertura vegetal pode trazer consequências graves, tais como:

- redução das chuvas e degradação da floresta, com tendência a uma gradativa aceleração no processo;
- alteração no regime dos rios;
- erosão em larga escala e consequente perda do solo agricultável, de um modo geral extremamente pobre;
- assoreamento do leito dos rios, provocando maiores inundações;
- perda acentuada de nutrientes e da capacidade do solo de manter cobertura vegetal, natural e cultivada; e
- mudanças climáticas, capazes de afetar regiões circunvizinhas e outras bacias fluviais.

A ocupação da região, portanto, requer uma planejamento acurado, de modo a se evitar os prejuízos acima descritos, o que já vem causando preocupação ao sul da região amazônica, onde imagens do satélite LANDSAT têm comprovado que o desflorestamento vem sendo desencadeado em ritmo mais veloz do que se imagina. Esse desmatamento tem sido causado, principalmente, pela ocupação pouco racional da área, agravada agora pela intensificação da mineração e pelo início do aproveitamento do potencial hidrelétrico da região.

Vale comentar que se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei que cria a Política Florestal para a Amazônia, que dispõe, entre outras medidas, sobre o zoneamento ecológico-econômico do solo amazônico.

Com relação às Áreas Indígenas, destacam-se as do Território de Roraima, abrangendo aproximadamente 26.000.000 de hectares, dos quais 1/4 corresponde à Reserva Yanomami, que se estende

(Cont. ESTUDO Nº 010/SC/85 - 11 -)

de ainda ao Estado do Amazonas e à Venezuela, comportando uma população estimada em 16.500 índios. No Brasil, essa população tem variado de 2.000 a 12.000 índios, segundo as fontes interessadas, fixando-se a FUNAI em cerca de 8.500 silvícolas.

A área Yanomami encontra-se interditada pela FUNAI desde 1982, gerando grande polêmica em virtude da campanha que vem sendo desencadeada por vários órgãos de apoio à causa indigenista, inclusive do exterior, destinada a transformá-la em Parque Indígena, com o objetivo principal de assegurar domínio sobre a terra. Alegam os defensores da criação do Parque que a presença indígena em território próprio contribuirá para a preservação dos recursos naturais existentes, uma vez que essas populações se encontram adaptadas à região.

No entanto essa proposição poderá acarretar sério comprometimento à integridade territorial, de vez que cerca de 900 km de seu perímetro coincidem com a fronteira Brasil/Venezuela. Ameaça igualmente a soberania nacional, já que caracteriza uma possível pretensão de interesses externos na delimitação de uma área destinada a preservar uma nação indígena, com consequências imprevisíveis para a integridade do território nacional.

De um modo geral constata-se uma forte pressão no tocante a regularização das diversas áreas indígenas situadas na região em estudo, de modo a minimizar a expansão da sociedade envolvente, provocando o surgimento de graves focos de tensão, em especial no Território de Roraima.

d. Aspectos Militares

Com exceção de Roraima, as condições da região dificultam uma ação mais atuante e efetiva no campo militar, restringindo-se atualmente, na manutenção de Unidades Militares do Exército, com efetivo reduzido, no emprego de aeronaves da FAB, contando com o apoio das Bases Aéreas de Manaus e Boa Vista, e, através da Marinha, em operações fluviais ainda incipientes.

(Cont. ESTUDO N° 010/3^oSC/85) - 12 -

Os efeitos militares existentes podem ser considerados como bastante reduzidos, ressalvando-se os localizados em Roraima, mais numerosos, em virtude de sua posição limítrofe com dois países, Venezuela e Guiana, que historicamente têm apresentado litígios entre si.

Com relação ao Suriname e Guiana, permanece a preocupação brasileira quanto às dificuldades de vias de comunicação que permitam a projeção do poder militar brasileiro na região, para se contrapor a uma possível ação militar cubana, em face das repercuções do conflito Leste-Oeste em ação no Caribe.

5. CONCLUSÃO

Das considerações tecidas anteriormente podem ser inferidas as seguintes constatações:

a. Situação Atual

- área praticamente inexplorada correspondendo a 14% do território nacional e a 1/3 da Região Norte;
- clima tropical úmido e quente com elevada pluviosidade ao longo do ano;
- região de planícies cortadas por serras relativamente baixas, cobertas por floresta equatorial drenada por extensa malha fluvial;
- solos dependentes da cobertura vegetal e sujeitos à erosão e rápida perda de nutrientes;
- extensa fronteira, limitando-se com cinco países;
- situação interna instável na Guiana e Suriname;
- indefinição de fronteiras, mormente entre Venezuela - Guiana e Guiana - Suriname;

- fronteiras brasileiras totalmente delimitadas, necessitando de adensamento de marcos;
- redução expressiva no aporte de recursos brasileiros para os trabalhos de caracterização das fronteiras;
- raríssimos núcleos de desenvolvimento econômico;
- região caracterizada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas;
- atividade agrícola, predominantemente de subsistência, sobrepujando paulatinamente o extrativismo e apresentando já alguns excedentes comerciais;
- estrutura fundiária consubstanciada em latifúndios;
- existência de poucos e dispersos projetos de grande porte;
- subsolo rico em recursos minerais, devidamente identificados pelo Projeto RADAM;
- localização de reservas indígenas em áreas coincidentemente ricas em minérios;
- insuficiência de geração de energia hidrelétrica;
- extrema carência de vias de comunicação terrestre; dependência quase total das vias fluviais e aéreas;
- sistemas viários extremamente sujeitos às condições climáticas;
- vazio demográfico com distribuição da escassa população em áreas ribeirinhas;
- altas taxas de crescimento demográfico com forte influência da componente migratória;
- crescimento quantitativo desordenado de população em detrimento de sua qualidade, caracterizando-se por baixa produtividade, depredação ambiental e comprometimento dos esforços de desenvolvimento sócio-econômico;

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a, SC/85)

- 14 -

- recursos sociais básicos incipientes (educação, saúde e saneamento);
- reservas indígenas detentoras de enormes áreas territoriais com baixo índice relativo de população;
- Projeto de criação de Parque Indígena localizado em extensa faixa de fronteira, agravado pelo fato do grupo étnico habitar os dois países (Brasil/Venezuela);
- existência de problemas fundiários particularmente em Roraima, envolvendo áreas indígenas;
- meios militares deficientes e extrema dificuldade de operação.

b. Possíveis Consequências

- ameaça à integração territorial; área sujeita à cobiça internacional;
- dificuldade de projeção das expressões do Poder Nacional na área;
- possíveis reflexos no território nacional da instabilidade existente na Guiana e Suriname;
- possível participação externa nas contendas dos países fronteiriços, com a consequente repercussão do conflito Leste-Oeste em zona contígua ao território nacional.
- possibilidade de surgimento de especulações diversas por parte dos países vizinhos, em virtude da redução de recursos para os trabalhos de caracterização de fronteiras;
- reduzida contribuição das forças produtivas locais;
- possível ampliação de exploração das riquezas minerais para o desenvolvimento da região;
- limitação da exploração dos recursos minerais nas áreas indígenas face a legislação atual sobre política indigenista;

(Cont. ESTUDO_Nº_010/3a.SC/85 - 15 -)

- impedimento à interiorização do desenvolvimento econômico da região, em face da carência de infra-estrutura;
- proliferação populacional de baixo nível, carente de recursos sociais básicos; geração de seres debilitados com baixa produtividade;
- necessidade de vigilância com vistas à preservação ecológica;
- deficiente aproveitamento dos recursos naturais;
- desvio de recursos da área produtiva para a assistência social;
- sobrecarga dos recursos assistenciais dos Estados;
- perigo latente de transformação de comunidades indígenas em Estados independentes;
- criação indiscriminada de áreas indígenas, face às reivindicações territoriais dessas minorias, podendo comprometer a integridade territorial;
- vulnerabilidade militar na área.

c. Considerações Finais

Dentre a série de fatos e fatores adversos, destacam-se o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e precariamente conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, ainda fracamente vivificada, bem como outros de ordem econômica, política e social, que poderão transformar-se em ameaças à soberania e integridade nacionais.

Na Amazônia como um todo e, em particular, na região em estudo, em vista do componente ideológico marxista dos movimentos revolucionários da região do Caribe, a vulnerabilidade da Guiana e do Suriname à influência cubana, ensejando a possibilidade de uma "intervenção consentida" nesses países, tornam pre-

(Cont. ESTUDO Nº 010/3a. SC/85 - 16 -)

mente a rearticulação e reorganização do dispositivo militar.

Ao analisar os diversos aspectos da região considerada conclui-se que um planejamento abrangente de médio a longo prazo, poderá, diferentemente de esforços isolados, direcionar a atuação governamental, juntamente com a iniciativa privada, no sentido de promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais.

Esse planejamento, além de objetivar o fortalecimento das expressões do Poder Nacional, não deveria deixar de incluir o relacionamento com os vizinhos do Norte. Destarte, seria recomendável, pelas razões já citadas, multiplicar os pontos de contato, especialmente com a Guiana e o Suriname. É preciso lembrar, entretanto, que a aproximação com esses países apenas atingirá níveis satisfatórios na medida em que o peso específico do benefício político dela resultante prevaleça sobre as possíveis dificuldades comerciais e financeiras, entre outras.

A integração dessa região geo-econômica ao resto do país apresentará a oportunidade de assegurar um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo-se esperar, como decorrência desse incremento nas relações, surgir o Brasil como opção mais confiável do que quaisquer outros alinhamentos.

Em face do exposto, pode-se listar, entre outras, as seguintes necessidades fundamentais e imediatas:

- incremento das relações bilaterais;
- aumento da presença militar na área, em especial na faixa de fronteira;
- intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- definição de uma política indigenista apropriada para a região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;

(Cont. ESTUDO Nº 010/31, SC/85 17 -)

- ampliação da infra-estrutura viária;
- aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- interiorização de polos de desenvolvimento econômico;
- ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

6. PROPOSTA

Dante da importância e da complexidade da tarefa, sugere-se a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de um plano para desenvolvimento da região, integrando as programações específicas que seriam solicitadas dos demais Ministérios envolvidos.

Este GTI seria composto, para um rendimento mais efetivo, apenas de representantes da SEPLAN, do MRE e do MINTER, com ampla liberdade de contato com elementos de ligação nos outros Ministérios.

Por fim, seria recomendável que o GTI pudesse contar, também, com os importantes subsídios que certamente poderiam ser colhidos de co-participantes das Unidades Federativas abrangidas.

P. P. S. / CSU
Min. Eletric.
Educação
2

E.M. nº 018/85

Approvo. Em 19.06.85
José Sarney

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas tem-se consubstanciado em uma preocupação constante ao longo dos anos, no que tange à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento.

2. Trata-se de área praticamente inexplorada, correspondendo a 1/3 do Território Nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas.

3. Este último aspecto, por si só, vem acrescendo nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul.

4. À vista dessas preocupações e, ainda, da diretriz de Vossa Excelência que determina a busca de soluções para se eliminar desigualdades regionais, encomendei à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional um levantamento de dados sobre a situação atual dessa área, com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região.



(CONT. E.M. N° 018/85 de 19 de junho de 1985 - 2 -)

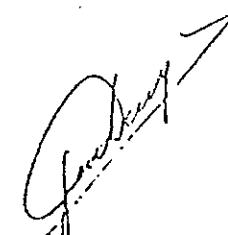
5. Concluído o trabalho, ficaram demonstrados fatos e fatores adversos, destacando-se em síntese:

— o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassamente povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista, aspectos estes que tornam vulnerável a soberania nacional.

— A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e social, permite concluir por um planejamento abrangente, de médio a longo prazo, visando direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais.

— Esse planejamento, além de objetivar o fortalecimento das expressões do Poder Nacional, não deveria deixar de incluir o relacionamento com os vizinhos do Norte. Destarte, seria recomendável, pelas razões já citadas, ampliar as relações bilaterais, especialmente com a Guiana e o Suriname. É preciso lembrar, entretanto, que a aproximação com esses países apenas atingirá níveis satisfatórios na medida em que o peso específico do benefício político dela resultante prevaleça sobre as possíveis dificuldades comerciais e financeiras, entre outras.

— Além disso, pode-se esperar que a integração desse espaço geo-econômico ao resto do País venha reforçar o relacionamento com os vizinhos, podendo surgir o Brasil como opção mais confiável do que quaisquer outros alinhamentos.



(CONT. E.M. N° 018/85 de 19 de junho de 1985)

- 3 -

6. Neste ponto, permito-me resumir, em elenco, as necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias por esta Secretaria-Geral:

- a) incremento das relações bilaterais;
- b) aumento da presença militar na área;
- c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
- e) ampliação da infra-estrutura viária;
- f) aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- g) interiorização de polos de desenvolvimento econômico;
- h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

7. Em face da situação que acabo de descrever à Vossa Excelência e diante da importância e da complexidade do problema, tenho a honra de submeter o assunto à sua elevada apreciação, sugerindo seja instituído Grupo de Trabalho Interministerial, integrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Interior, o qual terá incumbência de consolidar e apresentar um Plano para desenvolvimento da região.

8. Caso Vossa Excelência esteja de acordo, peço vênia para sugerir, ainda, seja determinado aos demais Ministérios apresentarem uma programação prioritária para a área, num prazo de 60 dias, bem como a indicação dos respectivos Secretários-Gerais como elementos de Ligação com o Grupo de Trabalho.



(CONT. E.M. Nº 018/85 de 19 junho de 1985)

- 4 -

9. Por último, permito-me acrescentar que poderiam, também, fazer parte do referido grupo, na qualidade de co-participantes, representações das Unidades Federativas da Região.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exceléncia profundos e mais profundo respeito:



Gen Bda RUBENS BAYMA DENYS
Ministro de Estado
Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional

22

E.M. nº 440

19-12-85

Selvino.

19.12.85

JU/Carvalho

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

1. Colhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 018, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, Vossa Exceléncia houve por bem aprovar a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial para estabelecer plano de ação governamental para a região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, voltado para os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacionais.

2. O Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Interior e da Secretaria-Geral do

Ju/Carvalho

Conselho de Segurança Nacional, contou com a efectiva participação dos Ministérios Militares e o da Fazenda na formulação da presente proposta.

3. O exame da realidade regional, sob o enfoque do desenvolvimento e segurança, levou o GTI a identificar, na Calha Norte, três espaços diferenciados para abordagem. O primeiro comprende a Faixa de Fronteiras entre Tabatinga/AM e Oiapoque/AP, o segundo definido pela Orla Ribeirinha dos Rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes e um terceiro espaço circunscrito, constituído do Núcleo Interiorano.

4. Elegeu-se a Faixa de Fronteira como área prioritária e preferencial para fins de programação e ação imediata. Nessa faixa, que se confronta com cinco países ao longo dos 6 500 km de extensão, foram selecionados seis trechos preferenciais de atuação, dando-se prioridade maior aos quatro primeiros:

I - trecho caracterizado pela presença dos índios Yanomami, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela;

II - trecho do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela e a Colômbia;

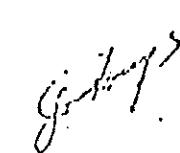
III - trecho ao norte e a leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana;

IV - trecho do Alto Solimões e Alto Traíra, fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia;

V - trecho do Tumucumaque, fronteira norte do Estado do Pará com o Suriname; e o

VI - trecho ao norte do Território do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa.

5. Procurando dispensar tratamento consentâneo com a dimensão geopolítica de cada trecho prioritário selecionado, serão desenvolvidas ações através da implementação de Projetos Especiais, visando:



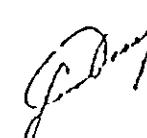
- a intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais;
- o aumento da presença brasileira na área;
- a ampliação e intensificação da ação da FUNAI junto às populações indígenas; e
- a intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira.

Destaca-se, no âmbito dos referidos projetos, a prioridade especial concedida ao aumento da presença brasileira na linha de fronteira, considerada elemento fundamental e efetivo para iniciar a vivificação da Faixa de Fronteiras e para o desenvolvimento e segurança da área.

6. Os Projetos Especiais ora apresentados não abrangem as demais necessidades básicas da Faixa de Fronteiras, contidas no item 6 da Exposição de Motivos nº 018/85 aprovada por Vossa Excelência. É fundamental que a ação do Governo contemple, também, a ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia, principalmente através de hidrelétricas, o estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, a ampliação da oferta de recursos sociais básicos e o incremento da colonização naquela região fronteiriça. Deverá assim, ser considerado, no Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, da alçada do MINTER, o apoio governamental, através dos Ministérios Setoriais, para essas ações na Faixa de Fronteiras..

7. No que se refere aos dois outros espaços — Orla Ribeirinha dos Rios Solimões e Amazonas e seus afluentes e o Núcleo Interiorano — deverá constar, também, do PDA, diretrizes de planejamento que garantam o atendimento às seguintes necessidades fundamentais:

- aumento da presença brasileira na área;
- definição de uma política indigenista apropriada à região;



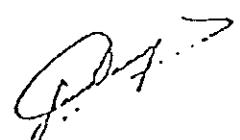
- ampliação da infra-estrutura viária;
- aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- interiorização de pólos de desenvolvimento econômico;
- ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

8. Assim, com o propósito de fortalecer as expressões do Poder Nacional nas três citadas áreas características daquela região do Brasil, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a adoção das seguintes medidas:

I - autorização à Secretaria de Planejamento da Presidência da República para instituir, através de Portaria Interministerial, mecanismo interinstitucional que assegure o acompanhamento local da execução físico-financeira, a coordenação intermediária e o assessoramento à decisão superior a nível de Secretário-Geral, visando acompanhar a operacionalização dos Projetos Especiais, para a Faixa de Fronteiras, bem como a continuidade do atendimento integral das necessidades expostas na Exposição de Motivos nº 018/85 para a Faixa de Fronteiras e demais espaços da região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas;

II - destaque de recursos no valor de Cr\$ 628 892 milhões, a preços de outubro de 1985, para aplicação nos exercícios de 1986 (Cr\$ 220 447 milhões), 1987 (Cr\$ 252 878 milhões), 1988 (Cr\$ 77 985 milhões), 1989 (Cr\$ 37 972 milhões) e 1990 (Cr\$ 39 610 milhões), a fim de implementar os Projetos Especiais da Calha Norte;

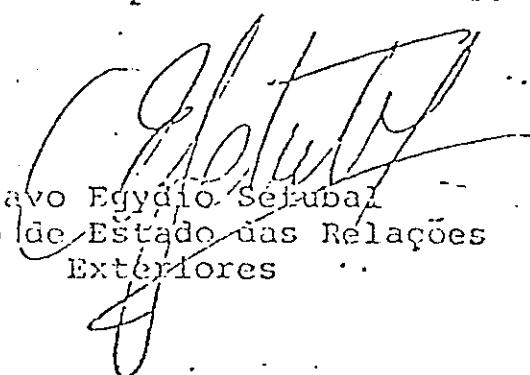
III - autorização à Secretaria de Planejamento da Presidência da República para aprovar, mediante ato próprio, a programação, o plano de aplicação e o cronograma de liberação de recursos e para proceder a liberação dos recursos aos órgãos responsáveis pela execução, observadas as normas de utilização da fonte indicada;



IV - autorização à Secretaria de Planejamento da Presidência da República para proceder, segundo proposta circunstanciada dos Ministérios envolvidos, e mediante ato próprio, as modificações que se fizerem necessárias à boa implementação dos Projetos Especiais, desde que mantidas as prioridades definidas para a Faixa de Fronteiras e o teto global de sua programação financeira.

Caso Vossa Excelência haja por bem aprovar a presente proposta de aplicação de recursos nos Projetos da Calha Norte, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e os Ministérios participantes dos Projetos diligenciarão no sentido de adotar as providências necessárias à sua pronta execução.

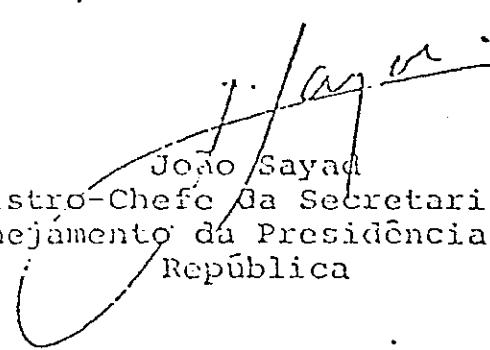
Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito.



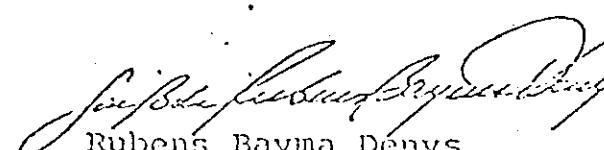
Olavo Egydio Séjúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores



Ronaldo Costá Couto
Ministro de Estado do Interior



João Sayad
Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República



Rubens Bayma Denys
Ministro de Estado
Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

DEZ 85

27

CONFIDENCIAL

DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NA REGIÃO AO NORTE DAS CALHAS DOS RIOS SOLIMÕES E AMAZONAS

- PROJETO CALHA NORTE -

DOC. FINAL DO GTI
ANEXO À E.M. Nº 770, DE 19.12.85
APROVADA PELO P.R.

CONFIDENCIAL

- DEZ 85 -

CONFIDENCIAL

28

PROJETO CALHA NORTE

INTRODUÇÃO	01
2. DIAGNÓSTICO	01
3. ESTRATÉGIA	05
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS PROJETOS ESPECIAIS	06
4.1 - Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais	07
4.1.1 - Objetivos	07
4.1.2 - Justificativas	08
4.1.3 - Programação Proposta	09
4.1.4 - Recursos Previstos	12
4.2 - Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área	13
4.2.1 - Objetivos	13
4.2.2 - Justificativas	13
4.2.3 - Programação Proposta	14
4.2.3.1 - Ministério da Marinha	14
4.2.3.2 - Ministério do Exército	16
4.2.3.3 - Ministério da Aeronáutica	18
4.3 - Projetos Especiais para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes	19
4.3.1 - Objetivos	19
4.3.2 - Justificativas	19
4.3.3 - Programação Proposta	20
4.3.4 - Recursos Previstos	22
4.4 - Projetos Especiais para Incremento das áreas da FUNAI na Faixa de Fronteira	23
4.4.1 - Objetivos	23
4.4.2 - Justificativas	23
4.4.3 - Programação Proposta	23
4.4.4 - Recursos Previstos	29
5. IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS	30
5.1 - Medidas Administrativas	30
5.2 - Destinação dos Recursos	30

CONFIDENCIAL

DEZ 85

29

CONFIDENCIAL

6. AÇÕES SUBSEQUENTES NA REGIÃO DO NORTE DAS CALHAS
DOS RIOS SOLIMÕES E AMAZONAS

32

7. ANEXO

E.M. nº 018/85

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

30

INTRODUÇÃO

Acolhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 018 (anexo 1), de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), o Exmº Sr. Presidente da República houve por bem determinar a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial-GTI com o mandato de elaborar plano de desenvolvimento para a região situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas.

O Grupo de Trabalho reuniu-se na SG/CSN sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN, sendo integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores-MRE, Ministério do Interior-MINTER e da própria SG/CSN. Cabe, ainda, mencionar a valiosa contribuição de outros órgãos federais com atuação na Amazônia, tais como os Ministérios Militares e o Ministério da Fazenda.

A síntese dos trabalhos do "GTI da Calha Norte", constituída de análise de situação, diretrizes gerais de planejamento e estratégia de implementação, está contida no presente documento.

2. DIAGNÓSTICO

A região em estudo, representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas, com uma pequena população circunscrita às capitais dos Estados e Territórios e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras na qual estão localizadas grandes áreas indígenas, induz a pensar que as tarefas ligadas à segurança e ao desenvolvimento são extremamente complexas e apenas passíveis de implementação no longo prazo.

Desde o primeiro momento, a análise da situação revelou que a "Calha Norte" apresenta três territórios bem diferenciados, isto é, a faixa de fronteiras, o "hinterland" ou núcleo da região e a zona ribeirinha adjacente às calhas do Solimões, Amazonas e demais rios. Cabe, por isso, frisar que o GTI identifica como possível solução plena para o problema a /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

consecução, através a consolidação harmônica, no tempo e no espaço, de três Programas, a saber:

- Programa da Faixa de Fronteiras;
- Programa do Núcleo Regional ou "Interiorano"; e
- Programa das Zonas Ribeirinhas.

Dessa forma, cabe sublinhar que além da sempre presente preocupação da restrição orçamentária, duas outras permearam os trabalhos do GTI, a saber, a compatibilidade com diversos planos governamentais para a região em apreço e a questão da confidencialidade.

Sob o aspecto da integração de esforços, o GTI houve por bem sugerir que a descrição geral do Programa de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, da alcada do MINTER, contemple diretrizes que orientem a estruturação de Programas específicos para as três sub-áreas identificadas na grande região "Calha Norte".

Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo accordada à "Calha Norte", poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas, quanto temores infundados nos países limítrofes. Observe-se que muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, em virtude da alta sensibilidade política. O grau de sigilo recomendado para a matéria reside mais no conhecimento dos desígnios totais de ocupação da faixa de fronteiras do que nas demais atividades a serem implementadas, de forma gradual ou intensiva, simultânea ou sucessivamente àquelas de ocupação. Em vista do que precede, não apenas os trabalhos do GTI desenrolaram-se sob regime de confidencialidade, mas também a presente proposta recebe igual tratamento.

Oito ordens de "necessidades fundamentais e imediatas", expressas na EM nº 018/85 das quais as primeiras quatro, principais.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

cipalmente, refletem aspectos de Segurança Nacional, foram analisadas e resultaram nos seguintes aspectos:

a) Incremento das Relações Bilaterais: O Brasil, pela sua ocupação mais avançada da Amazônia e pelo nível mais alto de desenvolvimento econômico, não deve temer efeitos de longo prazo de projetos de integração. Observe-se, também, que muitas das ameaças ao interesse nacional são compartilhadas com os países limítrofes como, por exemplo, plantações ilegais de epadu e o contrabando. Em síntese, o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando incrementar as relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço, incrementar as atividades de cooperação técnica, revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica, reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico, retomar estudos para novas ligações rodoviárias, e reforçar a rede consular de fronteira.

b) Aumento da Presença Militar na Área: As Forças Armadas já dispunham de planos visando assegurar, no longo prazo, uma maior presença militar na "Cálha Norte". A análise da problemática recomenda, entretanto, que algumas partes desses planos tenham a sua implantação adiantada e ampliada, sendo necessárias, portanto, verbas específicas para investimentos e as correspondentes correções orçamentárias nos itens de custeio. Em caráter prioritário, estaria o estabelecimento, pelo Exército, de Pelotões de Fronteira em alguns pontos críticos, bem como a melhoria em outras instalações já existentes. Em paralelo a esse esforço, independentemente do que venha a ser feito no médio e longo prazo, vê-se, também como prioritárias, no âmbito da Aeronáutica, a construção e melhoria de aeródromos de apoio e de outras atividades específicas, bem como a obtenção e manutenção de meios aéreos que serão envolvidos nesse aumento de presença e, no âmbito da Marinha, a intensificação de patrulhas fluviais e a melhoria das condições de segurança de nave max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

gação na área, o que, além de expressar capacidade de apoio mútuo, irá possibilitar a maior participação de outros órgãos governamentais, que atuam no desenvolvimento da região, em ações integradas e efetivas por sua maior frequência.

c) Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes: Atividade de capital relevância política que exige de uma parte recursos financeiros mínimos e, de outra, parte, enormes sacrifícios e dedicação das equipes da Primeira Comissão Demarcadora de Limites. As campanhas de demarcação realizam-se conjuntamente com os países limítrofes e o que se pretende é dotar as equipes brasileiras com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas. Convém destacar, sob esse aspecto, que os Pelotões de Fronteira, através convênios, poderão apoiar, efetivamente, as equipes da 1^a CDL/MRE.

d) Definição de uma Política Indigenista Apropriada à Região: À primeira vista, esta atividade não demandaria recursos financeiros adicionais. Contudo, uma nova política indigenista deve partir de uma experiência do campo intensificada, sobretudo na região Yanomami, e de crescente cooperação com os órgãos congêneres dos países limítrofes através do MRE. Observa-se, ainda, que ao longo da fronteira norte existem numerosos pontos ocupados por grupos indígenas e torna-se difícil qualquer atuação sem a participação da FUNAI. Ademais, os temas de política indigenista estão entre os de maior responsabilidade política e, no passado recente, foram explorados em detrimento da boa imagem do País.

e) A complexidade e especificidade das demais necessidades fundamentais, como a ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos, não permitiram que o GTI apontasse, dentro da urgência com que foram conduzidos os trabalhos, ações ou medidas que viesssem a materializar tais determinações. /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Por oportuno, convém destacar que, do ponto-de-vista da Segurança Nacional, o GTI elegeu como problemas mercedores de atenção preferencial aqueles que se concentram ao longo dos 6.500 quilômetros da faixa de fronteiras e suas vias de acesso.

A vista de todas as condicionantes citadas, o GTI, por consenso, houve por bem não apresentar um PROGRAMA ou PLANO, mas sim proposta para execução imediata de PROJETOS ESPECIAIS, direcionados à faixa de fronteiras e suas vias de acesso e que atendem às quatro necessidades fundamentais mais voltadas para a segurança. A ampliação dessas ações, em forma de PROGRAMAS mais abrangentes, far-se-á oportunamente, na dependência da evolução conjuntural político-econômico do País.

3. ESTRATÉGIA

O Grupo de Trabalho Interministerial definiu a seguinte estratégia para fortalecimento da região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas:

I - Ações imediatas na faixa de fronteiras, pela implementação de PROJETOS ESPECIAIS, com a participação efetiva dos Ministérios da Marinha, das Relações Exteriores, do Exército, da Aeronáutica e do Interior (Fundação Nacional do Índio), segundo as seguintes áreas, selecionadas as quatro primeiras e suas vias de acesso, como prioritárias:

- a) A área caracterizada pela presença de índios Yanomami, com uma pequena população estimada em 7.500 índios que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacente a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, país onde também residem numerosos contingentes indígenas da mesma etnia. Há bastante tempo, observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir as custas do atual território brasileiro e venezuelano — um Estado Yanomami. Destacam-se nessa área os seguintes pontos: Surucucu, Auaris e Ericó;

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- b) Área do Alto Rio Negro-AM, fronteira com a Colômbia e Venezuela, e que é usualmente designada como a "cabeça do cachorro". Não obstante também existirem nessa região problemas indígenas, as principais preocupações dizem respeito a atividades ilegais de mineração, contrabando e narcotráfico. Destacam-se São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá e Içana;
- c) Área de Roraima, na fronteira com a Venezuela e República Cooperativista da Guiana. Essa região preocupa pela proximidade de zona potencial de conflito (a questão do Essequibo) e por ser a fronteira que mais aceleradamente vivifica-se na região da Calha Norte. Destacam-se Boa Vista, BV8, Normandia, Bonfim e Serra do Sol;
- d) Área do Alto Solimões-AM, fronteira com a Colômbia, destacando-se Tabatinga, Ipiranga, Vila Bittencourt e Alto-Traíra;
- e) Área do Tumucumaque-PA, fronteira com o Suriname, destacando-se Tiriós;
- f) Área do Território do Amapá-AP, fronteira com a Guiana Francesa, destacando-se Macapá, Oiapoque e Clevelândia do Norte.

II - Ações subsequentes serão consideradas aquelas envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, de acordo com as recomendações contidas no capítulo Desenvolvimento Regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS PROJETOS ESPECIAIS

Nas quatro áreas priorizadas no item anterior, será necessária a ação coordenada de diversos órgãos federais e estaduais, dando-se especial atenção ao momento de entrada de cada /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Organização na região. Por exemplo, caberá à FUNAI redobrar esforços na região Yanomami; na "cabeça do cachorro" a maior presença militar foi vista como a variável crítica, e em Roraima as medidas prioritárias concentraram-se nos temas de revisão dos esquemas de comércio fronteiriço. Entretanto, não apenas as quatro áreas acima devem ser objeto de atuação imediata; suas vias de acesso merecem, também, visão prioritária. Cabe, por oportunidade, frisar que em todos os 6.500 quilômetros da faixa de fronteiras, subsistem problemas indígenas, outras questões que recomendam maior presença militar, marcos de fronteira pouco adensados, contrabando, etc.

OS PROJETOS ESPECIAIS, que caracterizarão as atividades a serem desenvolvidas na faixa de fronteira, e suas vias de acesso, terão início no próximo exercício de 1986 e conclusão prevista em 1990, conforme programação plurianual anexa, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 628 892 milhões cujas fontes serão definidas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República com recursos do Orçamento da União.

4.1 - Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais

4.1.1 - Objetivos

No sentido mais amplo, o "incremento das relações bilaterais" constitui objetivo e tarefa permanente do Itamaraty. No contexto do GTI da Calha Norte, essa expressão deve ser entendida como "as ações na área externa que possam redundar em benefício específico para o desenvolvimento e colonização da região sob estudo". Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção da paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e os vizinhos, ou seja, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Nessa faixa de fronteiras, a atividade de maior relevo diz respeito à delimitação pacífica da fronteira. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores poderá contribuir com amplo leque de atividades para que a chamada "Calha Norte" venha a ter o seu desenvolvimento favorecido.

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

De início, cabe lembrar que o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando incrementar as relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço, incrementar as atividades de cooperação técnica, revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica-TCA, reforçar a cooperação internacional no combate ao narco-tráfico, retomar estudos para novas ligações rodoviárias e reforçar a rede consular de fronteira.

4.1.2. Justificativas

A listagem apresentada no item anterior, de iniciativas na área externa que possam redundar em imediato benefício para a Calha norte, está longe de ser exaustiva. Observa-se, também, que para o Brasil, quando for responsável pela Secretaria Pré-tempore do TCA, passam a ser numerosas as iniciativas de cooperação regional.

A experiência com outros países fronteiriços também mereceu análise. Por exemplo, toda legislação referente ao comércio com o Paraguai poderia vir a ser adaptada para utilização na região da Calha Norte. De modo geral, a legislação dos países vizinhos tende a ser menos restritiva do que a brasileira no campo comercial, e portanto também passível de adaptação no contexto de esforços visando ampliar o relacionamento bilateral.

Outra linha de atividades a ser considerada em futuro diz respeito ao reforço dos consulados brasileiros na área fronteiriça. A experiência histórica com a região sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumento valioso para o desenvolvimento e para que sejam evitados no nascedouro problemas políticos de correntes de fronteiras que se vivificam. Por último, cabe sublinhar a necessidade de equilibrar as relações com a República Cooperativista da Guiana no mesmo patamar do atual relacionamento Brasil-Suriname. Deve haver esforços para destinar /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

à Guiana os mesmos recursos financeiros que estão sendo dirigidos para o Suriname, tanto no que concerne às linhas de crédito quanto aos montantes para cooperação técnica. No caso guianense o esforço para equilibrar comércio bilateral é facilitado pela possibilidade de importação de arroz e, sobretudo, pela compra de ouro. Atualmente, já existem fluxos ilegais, de alguma monta, com ouro sendo contrabandeado para Roraima em troca de produtos de consumo.

4.1.3. Programação Proposta

a) A questão do comércio fronteiriço: o mais sumário manuseio do "Manual de Normas Aduaneiras Compiladas", da Secretaria da Receita Federal, revela a complexidade legal da matéria, sobretudo no que tange à Amazônia com a regulamentação específica da Zona Franca de Manaus. Apresenta, contudo, importância especial a Instrução Normativa nº 104, de 17 de outubro de 1984, que regulamenta o chamado "comércio formiga". O texto em pauta apresenta uma limitação vital, qual seja, "as aquisições no exterior deverão restringir-se às necessidades de subsistência do adquirente e de sua família". Uma vila brasileira na região fronteiriça não pode adquirir gasolina, cimento ou qualquer outro insumo sem atender toda uma tramitação de papéis que torna inviável a importação. Em outros termos, cabe analisar o estabelecimento de regime especial para o comércio de pequena monta na região fronteiriça. Observe-se, ainda, que todos os países da área amazônica, exceto Venezuela, possuem déficits comerciais de grande monta com o Brasil, ou seja o acréscimo marginal de importações brasileiras poderia ser visto como argumento para evitar a imposição de restrições comerciais por parte dos países vizinhos. No caso da Venezuela, o pequeno desenvolvimento industrial é uma garantia de que não haverá deterioração substancial do corrente déficit brasileiro, visto que o "comércio formiga", expandido, abarcaria apenas produtos e serviços nacionais.

b) Cooperação Técnica: A cooperação técnica brasileira, gerida pelo sistema DCT/SUBIN, talvez seja o mecanismo /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

de longo prazo mais eficiente no incremento de relações bilaterais que possam redundar em benefício para a Calha Norte.

De modo geral, poderia ser dito que são complementares as economias da Colômbia e Venezuela com relação à brasileira. Neste caso, a cooperação técnica constitui não apenas a ponta de lança para a exportação de bens e serviços mais também o mecanismo precursor no estabelecimento de "joint ventures". O exemplo mais conhecido seria a participação brasileira na exploração de carvão metalúrgico colombiano e que teve como gênese a cooperação técnica fornecida pela SIDERBRAS.

No caso da Guiana, Suriname e Guiana Francesa as economias são basicamente competitivas com a do Brasil. Nesses casos, não é possível contar apenas com as forças de mercado no estabelecimento de relações econômicas bilaterais. A cooperação técnica, quando bem orientada, torna-se o principal fator de incremento e ordenamento das relações econômicas. O caso do Suriname exemplifica a afirmação acima e diversos projetos de cooperação técnica em futuro não muito distante podem constituir o elemento organizador do relacionamento.

c) Tratado de Cooperação Amazônica: O Tratado de Cooperação Amazônica nasceu de iniciativa brasileira inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar um processo de cooperação regional que se vinha desenvolvendo crescentemente, sobretudo ao longo dos anos 60 e 70. O TCA foi assinado em Brasília em 03 de julho de 1978 e entrou em vigor em 02 de agosto de 1980. Nos últimos cinco anos, este acordo-quadro não pode corresponder plenamente às expectativas em virtude da recessão econômica que afetou de modo sincronizado todos os países membros.

No entanto, o TCA constitui o único mecanismo para a consecução de determinados objetivos desenvolvimentistas na Amazônia em geral e, mais especificamente, na "Calha Norte". A título exemplificativo, cabe mencionar o Seminário sobre Infestação do "Aedes aegypti", realizado em Belém sobre o patrocínio do TCA, entre os dias 29 e 31 de outubro de 1984. Neste /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

foro, ficou uma vez mais patenteado que a erradicação da febre amarela só teria êxito quando ocorresse esforço conjunto de todos os países da bacia amazônica.

Exemplos equivalentes foram detectados em outros seminários do TCA nas áreas de hidrologia, climatologia, cooperação científica e tecnológica, comunicações, e transporte rodoviário.

Em futuro próximo, interessaria ao Brasil tomar a si a função de Secretaria Pró-tempore do TCA com o objetivo de acelerar a implantação dos projetos identificados nos seminários acima citados. Para tanto, seria desejável que o Itamaraty pudesse contar com pequena verba, visando a facilitar o encaminhamento das iniciativas. De imediato, é impossível detalhar estes custos os quais, entretanto, não devem ultrapassar a US\$ 1 milhão de dólares para um ano calendário de atividades muito intensas no âmbito do TCA. O detalhamento de tais incentivos, a medida que sejam confirmados, seria objeto de documentos específicos.

d) Narcotráfico: A plantação de epadu, a colheita das folhas desta coca brasileira, o seu refino preliminar e comercialização constituem atividades ilegais que estão no momento vivificando extensas áreas fronteiriças na Calha Norte. Os montantes financeiros auferidos com o narcotráfico não apenas representam um perigo para a vida política brasileira mas também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional. As experiências no Perú e na Bolívia apontam ainda para a perspectiva de que qualquer iniciativa na área agrícola sempre será menos rendosa do que a plantação de coca. Em outros termos, qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento de plantação de epadu.

O Brasil possui comissões mistas tanto com a Venezuela quanto com a Colômbia para coordenar esforços de combate ao tráfico de entorpecentes. Como passo inicial para qualquer esforço desenvolvido na Calha Norte, faz-se mister dina/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

mizar o trabalho das duas comissões mistas citadas e alocar recursos adicionais para as operações conjuntas de erradicação do epadu.

c) Ligações rodoviárias: Projeto de interconexão rodoviária de inegável valor político e econômico é o assaltamento da estrada que liga Boa Vista e Roraima ao marco BV-8. A Venezuela já ultimou a construção ecapeamento da mesma rodovia a partir do ponto BV-8.

Em janeiro de 82, foi firmado o Acordo Brasil/Guiana para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Tacutu, com 230 m de extensão, ligando Bonfim (RR-Brasil) e Lethem (Guiana), objetivando facilitar o tráfego e o intercâmbio comercial na região fronteiriça. No mesmo ano, cumprindo a primeira etapa do acordo, o MT/DNER concluiu um anteprojeto das obras e elaborou, em seguida, o projeto final de engenharia cujos textos foram encaminhados ao MRE em junho de 83. Em uma estimativa preliminar, tal ponte custaria entre US\$ 8 e US\$ 10 milhões (a quase totalidade do gasto em cruzeiros). Também com a Guiana existe o projeto de rodovia a partir da ponte sobre o Tacutu (trecho Lethem-Mabura Hill) a ser construído possivelmente por empreiteira nacional quando fossem obtidos recursos ou de organismos internacionais ou da CACEX. Este conjunto ponte-estrada permitirá uma melhor integração da região fronteiriça brasileiro-guianense e possibilitará até mesmo um escoamento rodoviário de valor estratégico em direção ao Caribe.

Os itens d) e e) representam dois importantes aspectos da realidade regional, cujas soluções serão conduzidas de forma apropriada pelos setores competentes.

4.1.4. Recursos Previstos

Os recursos destinados às atividades decorrentes de ocupar a Secretaria Pró-Tempore do Tratado de Cooperação Amazônica-TCA, aos Projetos de Cooperação Técnica (Sistema/DCT/SUBIN) e à ampliação e melhoria da rede consular de fronteira estão especificados na tabela à seguir:

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Incremento das Relações Bilaterais

(ORTN e Preços de Out 85) 42

PROJETO	1986		1987		1988		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN
- Secretaria pró-tempore	4 000	68 610	4 000	68 610	-	-	8 000	137 220
- Cooperação técnica (sistema DCT/SUBIN)	480	3 233	480	8 233	480	8 233	1 440	24 699
- Ampliação e melhoria da rede consular de fronteira	711	12 195	640	10 978	560	9 605	1 911	32 778
TOTAL	5 191	89 038	5 120	87 821	1 040	17 838	11 351	194 697

Observação: Parte dos recursos serão dispendidos no Exterior na forma de divisas.

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

4.2 - Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área

4.2.1. Objetivos

Fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteiras e em suas vias de acesso, cabendo à Marinha intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento, bem como os Serviços de Patrulha Costeira Fluvial; ao Exército a ocupação física dos pontos sensíveis na Faixa de Fronteiras, vigiando-a e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; à Aeronáutica a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica, que lhe possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo nos pontos sensíveis de interesse na Faixa de Fronteiras.

Complementarmente; as Forças Armadas deverão contribuir para a efetiva vivificação da Faixa de Fronteiras e para o desenvolvimento da área, de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais, e em especial nos setores de educação, saúde, transporte e telecomunicações..

4.2.2. Justificativas

Fatores adversos de ordem econômica, política e social, identificados na área em questão, constituem, no momento, ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania.

A presença militar ajustada à estatura político-estratégica da Nação é fiel à sua natural vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais desfavorecidas da sorte e mais carentes, em especial aquelas situadas nas regiões mais longínquas na Faixa de Fronteiras, tem tradicionalmente: estimulado atividades educacionais e econômicas; prestado assistência de saúde à população local; integrado os silvícolas à comunidade nacional; inibido o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas; implantado uma infra-estrutura viária; tudo isto respaldando atividades de colonização, tão necessárias à área ecumônica da Faixa de Fronteiras.

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

4.2.3. Programação Proposta

4.2.3.1. Ministério da Marinha

A programação de investimento da Marinha é condicionada pelo Planejamento da Segurança Nacional, pelas altas decisões de Política Governamental e pela legislação vigente, pautando-se portanto, pelas realidades econômico-financeiras nacionais. Dessa forma, o atingimento do Poder Naval considerado necessário é meta prevista para um futuro remoto. Por outro lado, a disponibilidade atual e a curto prazo de meios flutuantes adequados e as condições materiais de suas indispensáveis instalações de apoio operacional, face à possibilidade de caracterização de emergências, bem como, para atendimento a outras atribuições legais da Marinha em situação normal de paz, correspondem a níveis abaixo do desejável.

Evidentemente, na elaboração da atual programação de investimentos da Marinha não se considerou a recente decisão superior, objeto do presente PROJETO. Desta forma, tal decisão deve ser tratada como uma nova variável do planejamento da Força, para que se possa identificar as possíveis necessidades de ajustagens à referida programação.

Já se pode prever que à implantação de novos polos de desenvolvimento corresponderá um aumento progressivo dos fluxos de navegação fluvial relacionados às áreas envolvidas, inclusive, ao longo da calha principal. Consequentemente, caberá à Marinha intensificar, proporcionalmente, suas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento.

Com o estabelecimento de fluxos migratórios em direção aos polos de desenvolvimento, deverão aumentar as necessidades relacionadas a determinadas tarefas do Serviço de Patrulha Costeira (fluvial), especialmente, nas fases iniciais de sua implementação.

Da mesma forma, pode-se esperar um aumento do emprego dos meios da Marinha, em apoio ao Governo Federal em /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

des de implementação e acompanhamento de projetos
no os referentes à vivificação de fronteiras).

Ainda não se dispõe de elementos para uma avaliação das necessidades de ajustes à programação de indica Marinha, em decorrência do Projeto Calha Norte, pelo que acaba de ser exposto, o Estado-Maior da Marinha como altamente recomendável que, desde já, disponha recursos especiais à Marinha para que esta deficiências existentes em seus pontos de apoio na região norte, especialmente a Estação Naval do Manaus/AM) e a Base Naval de Val-de-Cães (Belém/PA), seja iniciar a construção de um Navio-Patrulha Flutuante "Porto Esperança", a ser incorporado à Flotilhas.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA MARINHA - Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Aumento da Presença Militar na Área

(ORTN e Preços de Out 85)

PROJETO ESPECIAL	1986		1987		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN
- Estação Naval do Rio Negro/Manaus-AM	7 574	129 903	-	-	7 574	129 903
- Base Naval de Val-de-cães/Belém-PA	31 100	533 446	-	-	31 100	533 446
- Navio-Patrulha Fluvial	37 440	642 193	58 240	998 968	95 680	1 641 161
TOTAL	76 114	1 305 542	58 240	998 968	134 354	2 304 510

CONFIDENCIAL

/max.

CONFIDENCIAL

4.2.3.2 - Ministério do Exército

O Ministro do Exército deverá determinar as providências necessárias para as seguintes medidas:

a) Estruturação da força terrestre na área

- Organizar o Comando de Fronteira do Rio Negro com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira articulado em São Gabriel da Cachoeira-AM, Iauaretê-AM, Querari-AM, São Joaquim-AM, Cucuí-AM, e Maturacá-AM.

- Reorganizar o Comando de Fronteira de Roraima de modo a articular o 2º Batalhão Especial de Fronteira em Boa Vista-RR, Surucucu-RR, Auaris-RR, Bonfim-RR, Ericó-RR, Paracaima (BV3)-RR e Normandia-RR.

- Manter a organização e a articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente e proporcionando-lhes instalações mais funcionais.

- Criar um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós-PA.

b) Ação integrada: Os investimentos a serem implementados no presente Projeto deverão ser orientados .. para uma adequada integração dos diversos órgãos com atuação na área, de modo a evitar dispersão de esforços e aumentar a eficácia das ações.

Para o custeio desses investimentos, os órgãos interessados deverão, sempre que possível, considerar a viabilidade dos CONVÉNIOS para a materialização de segmentos das iniciativas propostas. Os convênios em questão serão acordados entre os diversos órgãos na época oportuna, e os montantes serão originados de diversas rubricas orçamentárias.

- A implantação e a ampliação de atividades sócias básicas — saúde, educação, abastecimento de água, eletrificação rural, abastecimento alimentar e de bens de consumo, habitação popular, desenvolvimento comunitário e lazer — bem como a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico, /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

particularmente através de um processo de colonização com as sentimento dirigido de famílias, e a ampliação da infra-estrutura viária deverão merecer atenção especial da Força Terrestre em sua missão complementar na faixa de fronteira.

- A cooperação, a assistência recíproca e a ação conjunta dos diversos órgãos com atuação na área é altamente estimulada nos presentes projetos, e a potencialidade da presença militar deverá fortalecer — como tradicionalmente tem feito — as atividades inerentes àqueles órgãos.

c) Plano Diretor do Exército: Elaborar os Planos e os Programas Plurianuais referentes à estruturação da Força Terrestre na área, de acordo com a seguinte orientação, e para o período de 1986 a 1990:

- A construção das instalações para os Pelotões Especiais de Fronteira a serem implantados, deverá ser provisória, em estrutura de madeira pré-fabricada, de modo a permitir a presença militar na área a curto prazo.

- A construção, ampliação e/ou melhoramentos dos quartéis de São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Boa Vista, Macapá, Clevelâncio do Norte, Ipiranga, Vila Bittencourt, Bonfim, Normândia, Paracaima (BV8), Cucuí e Iauaretê deverão seguir as padronizações das construções militares, considerando sempre o máximo de economia e simplicidade, coerente com a realidade econômica da Nação, bem como, a adequabilidade da edificação às características ambientais do local.

- A Engenharia Militar de Construção deverá ser estimulada a desenvolver e absorver tecnologias que aproveitem ao máximo os recursos locais, minimizando os altos custos de transporte.

CONFIDENCIAL

/max.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Aumento da Presença Militar na Área

(ORTE e Preços de Out 85)

PROJETO	1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTM	Cr\$ Milhão	ORTM	Cr\$ Milhão	ORTM	Cr\$ Milhão	ORTM	Cr\$ Milhão	ORTM	Cr\$ Milhão	ORTM
Alto Rio Negro	1	39 117	-	31 540	-	-	-	-	-	-	70 657	-
	2	3 113	-	5 050	-	-	-	-	-	-	8 163	-
	3	11 229	-	-	-	-	-	-	-	-	11 229	-
	4	-	-	49 684	-	-	-	-	-	-	49 684	-
	5	53 459	916 261	86 274	1 479 623	-	-	-	-	-	109 733	2 306 784
Terror/Yanomami	1	11 311	-	18 365	-	23 821	-	-	-	-	53 459	-
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3	-	-	3 401	-	3 491	-	-	1 091	-	5 903	-
	4	-	-	23 915	-	-	-	-	-	-	23 915	-
	5	11 311	194 013	43 681	749 243	27 314	468 506	-	-	1 091	18 713	83 327 1 430 475
Tumucumaque	1	-	-	-	-	9 000	-	-	-	-	9 000	-
	2	-	-	-	-	-	-	1 309	-	-	1 309	-
	3	-	-	-	-	2 335	-	-	-	-	2 335	-
	4	-	-	-	-	-	-	6 241	-	-	6 241	-
	5	-	-	-	-	11 335	194 425	7 550	129 503	-	-	18 885 323 928
Amapá/Alto Solimões	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 508	-
	2	5 139	-	3 377	-	-	-	-	-	-	8 516	-
	3	-	-	-	-	2 262	-	-	-	1 244	-	3 426
	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	5 139	88 147	3 377	57 924	2 162	37 427	-	-	8 252	150 120	19 450 333 625
Convênios	6	7 640	-	-	-	1 091	-	1 091	-	-	9 822	-
	7	-	-	2 399	-	-	-	-	-	436	-	2 835
	8	8 000	-	8 000	-	-	-	-	-	-	-	16 800
	5	15 640	268 267	21 199	192 092	1 091	18 713	1 091	18 713	436	7 479	29 457 505 264
Totais	1	50 428	-	49 905	-	32 623	-	-	-	7 508	-	140 664
	2	8 252	-	8 427	-	-	-	1 309	-	-	-	17 928
	3	11 229	-	1 401	-	8 008	-	-	-	2 335	-	22 913
	4	-	-	73 599	-	-	-	6 241	-	-	-	79 840
	6	7 640	-	-	-	1 091	-	1 091	-	-	9 822	-
	7	-	-	2 399	-	-	-	-	-	436	-	2 835
	8	8 000	-	8 000	-	-	-	-	-	-	-	16 800
	5	85 519	1 467 308	144 531	2 479 623	41 922	719 071	8 641	148 216	10 279	176 312 290 922	4 950 059

Observações: 1 - Construção, ampliação e restauração de quartéis, incluindo urbanização e saneamento básico.

/max.

2 - Aquisição de embarcações fluviais para fins administrativos.

3 - Implementação e ampliação de recursos sociais básicos - educação, saúde e lazer.

4 - Equipamentos de dotação orgânica às Organizações Militares - MM, AM, INT, SAM, ENG, COH, QG, TEL. USO CORRENTE....

5 - Comissões parciais.

6 - Convênio do Ministério do Exército com a Eletrobras/ME - Eletrificação Rural.

7 - Convênio do Ministério do Exército com a PenteL/UN Com - Retransmissão de TV.

8 - Convênio do Ministério do Exército com o MT (Concluído EE-307 - S. GABRIEL DA CACHOEIRA-EUCUI - 58 km).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

4.2.3.3 - Ministério da Aeronáutica

O Ministério da Aeronáutica, em função das prioridades estabelecidas pelo Exército, executará os seguintes Projetos Especiais:

- a) Melhoria dos aeródromos em Maturacá-AM, Querari-AM, São Joaquim-AM, Cucuí-AM e Iauaretê-AM;
- b) Ampliação dos aeródromos em Tiriós-PA, Paracaima-EV-8 Roraima, Auaris-RR;
- c) Construção de novos aeródromos em Surucucu-RR e Ericó-RR; e
- d) Implantação futura de bases na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas.

Em face da dificuldade de acesso, por via terrestre ou fluvial, às localidades acima citadas, será necessária a criação, pela Aeronáutica, de pontos centralizados de irradiação de apoio aéreo com a finalidade de transportar pessoal, material e equipamentos.

Em razão das condições climáticas da Amazônia, os recursos destinados à construção ou melhoria de aeródromos devem ser liberados no mês de agosto de cada ano, necessitando o Ministério da Aeronáutica de contar, na data do início de cada obra, com o mínimo de 50% dos recursos previstos.

Tendo em vista o tempo de vida útil e o desgaste, será necessária, posteriormente, a alocação de recursos financeiros para renovação dos meios aéreos que prestarem apoio ao Programa.

Com a previsão de implantação, a partir de 1989, de bases aéreas de irradiação de apoio aéreo na região, o Ministério da Aeronáutica estabelecerá, oportunamente, o cronograma físico-financeiro para os referidos projetos.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Aumento da Presença Militar na Área (Apoio às Atividades programadas do Exército)

51

(ORTN e Preços de Out 85)

PROJETO	1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTN										
1. Melhoria de aeródromos	5 008	85 909	1 832	31 433	-	-	-	-	-	-	6 840	117 342
- Naturacá/AM	1 202	20 614	-	-	-	-	-	-	-	-	1 202	20 614
- Querari/AM	905	15 533	-	-	-	-	-	-	-	-	905	15 533
- São Joaquim/AM	1 162	19 927	-	-	-	-	-	-	-	-	1 162	19 927
- Cucuí/AM	-	-	1 832	31 433	-	-	-	-	-	-	1 832	31 433
- Iauretê/AM	1 739	29 835	-	-	-	-	-	-	-	-	1 739	29 835
2. Ampliação de aeródromos	1 845	31 649	1 632	27 998	5 052	86 660	-	-	-	-	8 529	146 307
- Tiriõs/PA	-	-	-	-	5 052	86 660	-	-	-	-	5 052	86 660
- Paracaima/RR	-	-	1 632	27 998	-	-	-	-	-	-	1 632	27 998
- Auaris/RR	1 845	31 649	-	-	-	-	-	-	-	-	1 845	31 649
3. Construção de aeródromos	11 110	190 564	-	-	-	-	-	-	-	-	11 110	190 564
- Surucucu/RR	8 637	148 154	-	-	-	-	-	-	-	-	8 637	148 154
- Ericó/RR	2 473	42 410	-	-	-	-	-	-	-	-	2 473	42 410
4. Linhas de apoio aéreo às unidades de fronteira	-	-	8 813	151 160	10 281	176 354	10 281	176 354	10 281	176 354	39 656	660 222
TOTAL	17 963	308 122	12 277	210 591	15 333	263 014	10 281	176 354	10 281	176 354	66 135	1 134 435

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

4.3 - Projetos Especiais para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes

4.3.1. - Objetivos

Resultados de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contorno definido com todos os vizinhos, no norte e no sul. Demarcar as fronteiras, prolongamento do trabalho diplomático, representa atribuição da maior importância e visa a proteger e a resguardar a soberania e a segurança nacionais.

A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais. Para isso, constituíram-se as Comissões Mistas, que atuam de forma contínua e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

No caso do Brasil, especificamente no que diz respeito à fronteira setentrional, a importante atribuição de velar pelos limites definidos em atos internacionais incumbe à Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como, integrando as Comissões Mistas, pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

4.3.2 - Justificativas

Atividade de capital relevância política que exige de uma parte recursos financeiros mínimos e, de outra parte, enormes sacrifícios e dedicação das equipes da Primeira Comissão Demarcadora de Limites. As campanhas de demarcação realizam-se conjuntamente com os países limítrofes e o objetivo será dotar as equipes brasileiras com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas. Convém destacar, sob esse aspecto, que os Pelotões de Fronteira, através de convênios, poderão apoiar, efetivamente, as equipes da 1^a CDL/MRE.

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Para essas atividades, as Comissões Demarcadoras recebem recursos, que custiam também a manutenção de suas sedes e subsedes. Ocorre que, conforme levantamento feito no Itamaraty, as dotações específicas sofreram, a partir de 1975, uma perda de valor real de cerca de 90%. A carência de recursos ficou ainda mais agravada, mercê das dificuldades que o País atravessa, pelas medidas de contenção de gastos a todos impostas.

Como consequência desse estado de coisas, as atividades sofreriam uma redução, pois os trabalhos, a que estamos obrigados por força de acordos internacionais, passariam a ser procrastinados, ou conduzidos de forma limitada. Não poderíamos aceitar as tarefas próprias das demarcações sem condições de repartir suas despesas. Os custos políticos derivados dessa escassez de recursos, porém, parecem inegáveis.

4.3.3 - Situação Atual e Ações Propostas

Considerando o universo da preocupação do Grupo de Trabalho, ou seja, a região ao norte das calhas do Solimões e do Amazonas, alinha-se, a seguir, a situação atual da fronteira com cada país limítrofe:

Colômbia

- . Extensão da fronteira: 1.643 km
- . Tratado de limites assinados em 24/04/1907 e 15/11/1928
- . Demarcação definitiva: 1937
- . Número de marcos: 80
- . Faixa "non-aedificandi": No âmbito das Comissões Mistas, ficou acertado que se proporia a adoção de uma faixa de 30 metros de cada lado da linha.

Venezuela

- . Extensão da fronteira: 2.199 km
- . Tratado de limite assinado em 05/05/1859

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

. Demarcação definitiva: 1973

. Número de marcos: 1409

Obs.: Cerca de 5/6 dos marcos construídos em toda a fronteira setentrional concentram-se na linha limítrofe com a Venezuela,

. Faixa "non-aedificandi" - A Venezuela pretendia instituir uma faixa de largura variável, conforme o trecho da fronteira estivesse na zona da mata, na zona rural ou na urbana; no âmbito da Comissão Mista, porém, e de maneira informal, já foi aceito o ponto-de-vista brasileiro que significa a adoção de uma faixa de largura única (provavelmente 30 metros).

Guiana

. Extensão da fronteira: 1.606 km

. Tratado de limite assinado em 22/04/1926 (com a Coroa Britânica)

. Demarcação definitiva: 1939

. Número de marcos: 134

. Faixa "non-aedificandi": nada definido, pois as Comissões Mistas não se reúnem desde 1939.

Suriname

. Extensão da fronteira: 593 km

. Tratado de limites assinado em 05/05/1906 (com a Coroa Holandesa)

. Demarcação definitiva: 1938

. Número de marcos: 60

. Faixa "non-aedificandi": nada definido, pois as Comissões não se reúnem desde 1938.

Departamento da Guiana (República Francesa)

. Extensão da fronteira: 730 km

. Tratado de limites assinado em 11/04/1713 (Ultrecht)

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- . Fronteira lateral marítima assinado em 1981
- . Demarcação definitiva: em 1962
- . Número de marcos: 07
- . Faixa "non-aedificandi": nada definido.

Ressalta-se que, em toda a faixa fronteiriça do trecho observado, há o mais cordial entendimento entre os membros das Comissões Mistas, correndo os trabalhos em clima de perfeita colaboração. Antecipando-nos, porém, a eventuais problemas que possam surgir, caberia então imprimir uma ação mais dinâmica nas demarcações, adensando os marcos, definindo a faixa "non-aedificandi".

4.3.4 - Recursos Previstos

Com vistas a garantir eficiência no desempenho das atribuições próprias da 1^a Comissão Demarcadora de Limites seriam necessários recursos da ordem de Cr\$ 2 bilhões, a preços de Out 85.

Os recursos ora indicados atendem às necessidades de custeiros e investimentos para o Projeto Especial relativo à intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limitrofes na área em questão.

Não se deve excluir, de todo, a possibilidade de ser necessário apresentar solicitação adicional de recursos, para atender a eventual proposta de trabalho sugerida por algum país limitrofe.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Recursos Previstos para
o Projeto Especial de Recuperação e Adensamento de Marcos Li
mítrofes

(ORTN e Preços de Out 85)

PROJETO	1986		1987		1988		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN
- Campanha de Recuperação e Adensamento de Marcos Límítrofes	720	12 350	640	10 978	640	10 978	2 000	34 306
TOTAL	720	12 350	640	10 978	640	10 978	2 000	34 306

Observação: Parte dos recursos serão dispendidos no Exterior na forma de divisas.

/max.

96

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL**4.4. Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteiras****4.4.1 - Objetivos**

Fortalecer a estrutura operacional da FUNAI e promover estudos e demarcações de áreas indígenas, a fim de viabilizar e efetivar suas ações junto às comunidades indígenas na faixa de fronteiras.

4.4.2 - Justificativas

A atuação da FUNAI, no desempenho de sua política indigenista, deve fundamentar-se a partir de uma experiência de campo intensificada, através da presença permanente na área, sobretudo nas reservas que demandam tratamentos especiais, como a do Yanomami.

É importante notar que grande trecho da fronteira norte brasileira abriga inúmeros e dispersos grupos indígenas, tornando-se difícil qualquer atuação governamental na área sem a participação efetiva da FUNAI.

4.4.3 - Programação Proposta

Na faixa de fronteira, das seis subáreas selecionadas, as quatro primeiras, relacionadas abaixo, deverão ser consideradas prioritárias, tendo em vista a problemática indígena que nelas existem:

i - área Yanomami-AM e RR, fronteira com a Venezuela;

ii - área de Roraima-RR, fronteira com a Venezuela e Guiana;

iii - área do Alto Rio Negro-AM, conhecida como "Cabeça do Cachorro", fronteira com a Colômbia e Venezuela;

iv - área do Alto Solimões-AM, fronteira com a Colômbia;

v - área do Amapá-AP, fronteira com a Guiana Francesa;

vi - área de Tumucumaque-PA, fronteira com o Suriname.

Tendo presente a necessidade de reformular a estrutura organizacional da FUNAI, a programação que se segue busca adequação com o princípio básico de fortalecimento dos postos in-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

dígenas e dá ênfase à criação de unidades descentralizadas (administrações regionais).

De outra parte, o programa prevê, para todas as áreas, recursos financeiros destinados a estudos para delimitação e demarcação de áreas indígenas, segundo as prioridades definidas pelo Governo Federal, bem assim recursos para apoio a Projetos de Desenvolvimento Comunitário e Incentivo ao Artesanato, como forma de beneficiar diretamente as populações indígenas nos campos da agricultura, extrativismo, pesca, e recuperação das culturas (artesanato).

a) Áreas Yanomami-AM/PR e Roraima-PR: Essas duas áreas estão sob a jurisdição da 10ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Boa Vista-RR.

Nessas duas áreas existe uma população aproximada de 22.500 índios, sendo cerca de 7.500 do grupo Yanomami que habitam a região noroeste do Território Federal de Roraima e parte da faixa norte do Estado do Amazonas até as proximidades do meridiano 66º WGr, e 15.000 de diversos grupos indígenas que habitam a faixa nordeste do referido Território Federal.

Atualmente a estrutura operacional da FUNAI existente na área está operando com grande dificuldade e se resume na Delegacia Regional, sediada em Boa Vista/PR, nos Postos Indígenas de Demini, Ajaroni, Ericó, Waikás, Muacajá e Apiaú, no Posto Indígena de Atração de Paapiu e na Frente de atração Surucucu.

A ação da FUNAI é ainda mais dificultada visto que os rios dessa região apresentam-se cheios de corredeiras e muitas vezes encachoeirados, dificultando a navegação, principalmente nas épocas de "rio baixo", quando esta se torna então impraticável. Daí a necessidade de contar-se com aeronaves para os deslocamentos.

Diante do exposto, deverão ser efetivadas as seguintes ações:

- contratação de 30 servidores;
- construção do posto indígena de Paapiu;
- reforma dos postos indígenas de Ajaroni, Demini, Ericó, Waikás, Muacajá e Apiaú;

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- manutenção dos postos indígenas de Paapiu, Aja rani, Demini, Ericó, Waikás, Mucajai, Apiaú, Serra do Sol, Boca da Mata e Raposo;
- manutenção da frente de atração Surucucu;
- construção de campos de pouso com 800 m de pista em Paapiu, Ericó, Waikás, Mucajai e Apiaú;
- estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
- projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

b) Área do Alto Rio Negro-AM: Na área do Alto Rio Negro habita uma população de aproximadamente 16.000 índios de várias etnias dispersos numa área que se inicia desde o rio Ja purá, nas proximidades da Vila Bittencourt, na fronteira Brasil /Colômbia, estendendo-se até o rio Cauaboris, na fronteira Brasil/Venezuela.

Atualmente, a presença da FUNAI nessa região está reduzida à Ajudância do Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira-AM, subordinada administrativamente à 1ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Manaus-AM, possuindo, presente mente, 15 servidores, além dos Postos Indígenas de Iauareté e Cauaboris operados com 4 e 12 servidores, respectivamente.

O Ministério da Aeronáutica já construiu campos de pouso em várias localidades dessa região, com o objetivo de proteger o Território Nacional e apoiar a aviação comercial e privada na região, o que tem criado perspectivas de uma assistência mais efetiva àquelas comunidades indígenas, o que até o momento não foi possível, dada as restrições impostas pelo orçamento da FUNAI.

Com o objetivo de promover uma assistência permanente e mais efetiva às comunidades indígenas da região e zelar pela integridade do Território Nacional, faz-se necessário a criação e instalação de novos Postos Indígenas.

A implantação dessa infra-estrutura requererá, necessariamente, o estudo e o redimensionamento da unidade descentralizada de São Gabriel da Cachoeira-AM, tendo em vista que a estrutura ora existente não terá condições capazes de prestar apoio logístico suficiente para atender a nova realidade.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Para efetivação dos Projetos na área do Alto Rio Negro, a FUNAI terá que desenvolver as seguintes ações:

- ampliação de seu quadro de pessoal com a contratação de 84 servidores;
- construção dos postos indígenas de Querari, Apuí-Cachoeira, Stº Atanázio, Inamuim, Tunuí-Cachoeira, Melo Franco, Makú, Maturacá e Maiá;
- apoio ao pelotão especial de fronteira de Cucuí;
- reforma do posto indígena de São Joaquim;
- reforma e manutenção da sede da unidade descentralizada de São Gabriel da Cachoeira-AM, devendo à adequação da nova estrutura organizacional a ser implantada;
- manutenção dos 10 postos indígenas acima citados (9 construídos e um reformado);
- manutenção da Casa do Índio em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- construção de campos de pouso com 800 m de pista em Tunuí-Cachoeira, Melo Franco e Makú;
- estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
- projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

c) Área do Alto Solimões: Na área do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia, a FUNAI vem assistindo precariamente, uma população indígena estimada em 15.500 índios.

A Ajudância do Alto Solimões, com sede na cidade de Atalaia do Norte-AM está subordinada, administrativamente, à 1ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede na cidade de Manaus-AM. Nesta Ajudância, além dos 5 postos indígenas existentes na região do rio Javari (os quais estão fora da área-programa), encontram-se mais 7 postos indígenas na região do Alto Solimões, os quais estão funcionando em condições precárias, tendo em vista que o efetivo de pessoal é, em média, de apenas 3 servidores por

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

posto indígena, quando, na realidade, esta média deveria ser duplicada, principalmente ao se considerar que a média da população está em torno de 2.000 índios por posto indígena.

Face às dificuldades próprias da Região Amazônica e a dimensão da área de jurisdição da 1ª Delegacia Regional da FUNAI, situada na cidade de Manaus-AM, considera-se humanamente impossível à 1ª DR da FUNAI prestar a assistência desejada.

Para a implementação dos Projetos na Área do Alto Solimões, a FUNAI terá que desenvolver as seguintes ações:

- fortalecimento de seu quadro de pessoal, com a contratação de 42 novos servidores;
- apoio ao pelotão especial de fronteira em Ipiranga e Vila Bittencourt
- reforma e manutenção dos postos indígenas de Umariaçu, Belém do Solimões, Vendaval, Santo Antônio II, Campo Alegre, Betânia e Uati-Paraná;
- aquisição de equipamentos e materiais permanentes para garantir o funcionamento dos postos Indígenas;
- estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
- projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

d) Áreas do Amapá-AP e Tumucumaque-PA: As áreas do Amapá e Tumucumaque-PA estão sob a jurisdição da 2ª DR da FUNAI, com sede na cidade de Belém-PA.

A infra-estrutura da FUNAI existente nessas duas áreas selecionadas consiste de 1 Ajudância, 5 postos indígenas e 1 parque indígena.

Todo esse aparato administrativo está sendo conduzido por 38 servidores, em condições precárias de trabalho, uma vez que a infra-estrutura existente carece de ampliação e de reformas.

Considerando que a 2ª Delegacia Regional da FUNAI tem sob a sua jurisdição, além das estruturas dessas duas áreas específicas, mais 3 Ajudâncias e dezenas de postos indígenas es-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

palhados no Estado do Pará e na parte norte do Estado de Mato Grosso, pode-se vislumbrar as grandes dificuldades enfrentadas por essa Delegacia, tendo em vista as distâncias existentes entre a sede em Belém e as suas subunidades operacionais.

Considerando-se ainda que, nas duas áreas selecionadas, a Ajudância do Oiapoque atende uma população indígena de aproximadamente 3.500 índios e que o apoio logístico é prestado a partir da cidade de Belém-PA, fato que concorre para o aumento dos custos operacionais da instituição.

Lembrando que a FUNAI vem pondo em prática uma política de descentralização administrativa, com objetivo de reduzir seus custos operacionais, faz-se imperativo e necessário a criação de uma unidade descentralizada da FUNAI, com sede na cidade de Macapá-AP, bem como o fortalecimento de alguns postos indígenas.

Dante das constatações apresentadas, propõe-se para a efetivação dos Projetos nas áreas do Amapá-AP e Tumucumaque-PA, que a FUNAI desenvolva as seguintes ações:

- fortalecimento de seu quadro de pessoal, com a contratação de 40 servidores;
- construção e manutenção da sede da unidade descentralizada de Macapá-AP;
- apoio ao pelotão especial de fronteira em Clevelândia do Norte;
- construção e manutenção da Casa do Índio, em Macapá-AP;
- reforma e ampliação dos postos indígenas de Uaçá, Palikur, Amapary e Tumucumaque;
- melhoria e ampliação dos campos de pouso de Cumaruã, Palikur e Amapary;
- manutenção dos postos indígenas de Uaçá, Galiby, Cumaruã, Palikur, Amapary e Tumucumaque e Naiapi.
- aquisição de equipamentos e materiais permanentes para todas as unidades administrativas / executivas propostas.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
- projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

4.4.4 - Recursos Previstos

Para a execução da programação proposta para o período 1986-1990, será indispensável que sejam colocados à disposição da FUNAI, recursos financeiros da ordem de Cr\$ 119.130 milhões.

É importante esclarecer que, tendo em vista o início dos Projetos Especiais "Calha Norte" em 1986, e considerando que esse exercício será praticamente para instalação e organização da infra-estrutura básica operacional dos referidos Projetos, principalmente com relação às ações de apoio às comunidades indígenas, faz-se necessário a garantia e o destaque dos recursos financeiros no montante de Cr\$ 33.910 milhões.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

64

MINISTÉRIO DO INTERIOR - Recursos Provisórios para o Projeto Especial de Estruturação Regional da FUNAI na Faixa de Fronteira

(ORTN e Preços de Out 85)

Áreas de Atuação/Ações (exclu- sivas)	1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL			
	Crs Milhão	ORTN												
I - ÁREAS VACANTES-AMAZONIA E IN-	13.670	234.476	2.630	45.111	24.190	414.920								
- Ampliação do quadro do pessoal	1.470		1.470		1.470		1.470		1.470		1.470		7.350	
- Construção de 01 posto Indígena	100		-		-		-		-		-		100	
- Reforma de 06 postos in- dígenas	300		-		-		-		-		-		300	
- Manutenção de 10 postos Indígenas	920		920		920		920		920		920		4.600	
- Manutenção de 01 fronte- ria estrangeira	240		240		240		240		240		240		1.200	
- Construção de 05 campi- os de posse	10.640		-		-		-		-		-		30.640	
II - ÁREA DO NDO. AMAZONIA-AM	3.700	97.770	2.210	257.975	4.640	79.508	4.640	79.508	4.640	79.508	4.640	79.508	26.830	494.509
- Ampliação do quadro do pessoal	2.600		2.600		2.600		2.600		2.600		2.600		13.000	
- Construção de 09 postos Indígenas	900		-		-		-		-		-		900	
- Reforma de 01 posto indí- gena	60		-		-		-		-		-		60	
- Reforma da sede da UD	100		-		-		-		-		-		100	
- Manutenção da UD	600		600		600		600		600		600		3.000	
- Manutenção de 10 postos Indígenas	1.200		1.200		1.200		1.200		1.200		1.200		6.000	
- Manutenção da Casa do In- dígio	240		240		240		240		240		240		1.200	
- Construção de 03 campi- os de posse	-		4.570		-		-		-		-		4.570	
III - ÁREA DO NDO. POLÍM-73	2.665	45.712	2.245	38.508	2.745	38.508	2.245	38.500	2.245	38.508	2.245	38.508	21.645	159.744
- Ampliação do quadro do pessoal	1.265		1.265		1.265		1.265		1.265		1.265		6.325	
- Reforma de 07 postos in- dígenas	420		-		-		-		-		-		420	
- Manutenção de 07 postos Indígenas	880		880		880		880		880		880		4.400	
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes pa- ra os postos Indígenas	100		100		100		100		100		100		500	
IV - ÁREAS DO NDO. AP E TERRITÓ- RIOS-IA	5.900	101.202	21.220	192.624	3.450	58.319	3.400	58.319	3.400	58.319	3.400	58.319	27.330	463.781
- Ampliação do quadro do pessoal	1.500		1.500		1.500		1.500		1.500		1.500		7.500	
- Construção da sede da UD	1.000		-		-		-		-		-		1.000	
- Construção da Casa do In- dígio	500		-		-		-		-		-		500	
- Reforma e ampliação de 04 postos Indígenas	200		-		-		-		-		-		200	
- Manutenção e ampliação de 03 campi de posse	-		7.730		-		-		-		-		7.730	
- Manutenção da UD	600		600		600		600		600		600		3.000	
- Manutenção da Casa do In- dígio	360		360		360		360		360		360		1.600	
- Manutenção de 07 postos Indígenas	840		840		840		840		840		840		4.200	
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a UD	900		200		100		100		100		100		1.400	
V - Estudos, Delimitação e Des- envolvimento de Áreas Indígenas	2.915	50.000	14.575	250.000										
VI - Projetos de Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Indígena	1.500	25.722	7.500	125.645										
VII - Administração e Manutenção Pessoal	1.500	26.768	1.340	22.054	720	32.349	720	12.349	720	12.349	720	12.349	5.000	86.789
TOTAL	33.910	581.645	31.070	532.931	18.050	307.604	18.050	307.604	18.050	307.604	18.050	307.604	113.139	2.043.149

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

5. IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS

5.1 - Medidas Administrativas

Cabrá a cada Ministério, diretamente responsável pelos Projetos Especiais, adotar as medidas administrativas necessárias à perfeita implementação dos projetos e ao atingimento de seus objetivos maiores.

5.2 - Destinação dos Recursos

5.2.1 - Ministério da Marinha

Os recursos previstos pelo Ministério da Marinha deverão ser destacados ao próprio Ministério (Secretaria-Geral da Marinha), com destino à Diretoria-Geral de Material da Marinha (Órgão Supervisor dos Projetos), cabendo à Diretoria de Engenharia da Marinha (DEM) e Diretoria de Obras Civis da Marinha (DOCM) a execução dos Projetos Especiais NaPa Flu e Ampliação das Bases, respectivamente.

5.2.2 - Ministério da Aeronáutica

Os recursos previstos pelo Ministério da Aeronáutica deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, cabendo à Comissão de Aeroportos da Amazônia (COMARA) a execução dos Projetos Especiais.

5.2.3 - Ministério do Exército

Os recursos previstos para o Ministério do Exército deverão ser destacados ao próprio Ministério com destino inicial à Secretaria de Economia e Finanças, cabendo aos órgãos de Direção Setorial interessados a execução descentralizada dos Projetos Especiais, da Calha Norte, sob a orientação e coordenação do Estado-Maior do Exército.

5.2.4 - Ministério das Relações Exteriores

Os recursos previstos pelo Ministério das Relações Exteriores deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria-Geral para a execução dos Projetos Especiais.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

peciais relativos ao Incremento das Relações Bilaterais, cabendo à la. Comissão Demarcadora de Limites a execução dos Projetos Especiais referente às campanhas de recuperação dos marcos limitrofes.

5.2.5 - Ministério do Interior

Os recursos previstos pelo Ministério do Interior deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria de Programação e Instrumentos Financeiros, cabendo à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a execução dos Projetos Especiais.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

6. AÇÕES SUBSEQUENTES NA REGIÃO AO NORTE DAS CALHAS DOS RIOS SOLIMÕES E AMAZONAS

Os programas de desenvolvimento da Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, que envolve uma área de cerca de 14% do Território Nacional e 24% da Amazônia Legal, deverão beneficiar os Territórios Federais do Amapá e Roraima e parte dos Estados do Pará e Amazonas, além de uma extensa faixa de fronteira com cerca de 6.500 km.

As ações de curto, médio e longo prazo, a serem detalhadas pelos programas, deverão considerar as diferenças sub-regionais existentes, a exemplo da extensa faixa de fronteira, do núcleo interiorano de terras firmes e das zonas ribeirinhas existentes.

Tais sub-regiões ou zonas poderão se constituir em sub-programas específicos dentro da ótica dos objetivos e diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA e em consonância com as recomendações contidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR).

Desse modo, será conveniente considerar os objetivos e diretrizes dos programas atrelados às premissas básicas estabelecidas para a Amazônia, ou seja:

- utilizar seus recursos naturais obedecendo, simultaneamente, três requisitos essenciais: que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto;

- reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas;

- elevar o nível e a qualidade de vida da população através da expansão do emprego produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social e;

/max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- interiorizar e internalizar o desenvolvimento, de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais e sectoriais.

Esses objetivos serão promovidos através das seguintes diretrizes gerais:

- definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais com disciplinamento das atividades econômicas, através de zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;

- intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando-se a necessidade de que seja estabelecida ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional e garantir-se o atendimento à demanda de conhecimentos originada da região;

- promover a implantação de atividades econômicas voltadas para a ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais, tais como os florestais, minerais, hídricos (uso múltiplo: navegação fluvial, potencial energético, etc.), pesqueiros, várzeas, etc.;

- promover a implantação de projetos que, pela sua significação econômica e social, venham a contribuir para a geração de maior valor agregado na região;

- promover a implantação de projetos que considerem a importância dos rios e vales amazônicos, das populações ribeirinhas e daquelas isoladas nas áreas de fronteiras, no processo de desenvolvimento regional;

- valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressiva e harmonicamente à comunhão nacional, estendendo-lhes a proteção das leis pâmax.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

rias, em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras.

- estimular a definição de política de desenvolvimento urbano que estabeleça hierarquia entre os diversos segmentos de programação, adotando-se destinação de recursos que implique em ruralização da infra-estrutura social e demais equipamentos urbanos, particularmente em pequenos núcleos populacionais, cujas carências são decorrentes de demandas geradas pela sustentação das atividades produtivas rurais.

Para a promoção dessas diretrizes e consecução dos objetivos propostos, além das ações dos Programas, serão utilizados os seguintes instrumentos:

- integração das ações governamentais (federal, estadual e municipal) a fim de evitar superposições de atividades/projetos/programas, com vistas a determinar melhor nível de complementaridade;

- na "faixa de fronteira", além dos Projetos Especiais a serem agora desenvolvidos, os Programas deverão se apoiar no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Situados nas Áreas de Fronteira, previsto no I PND-NR;

- Nas áreas dos Territórios Federais do Amapá e Roraima, tanto nas suas subáreas de faixa de fronteira, núcleo interiorano, como ribeirinhas, os Programas poderão ter complementaridade do POLAMAZÔNIA, PROVÁRZEAS, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (proposto no I PND-NR), FINAM, FISET - Turismo, além das ações integradas com os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, principalmente ao apoio e segurança do transporte aéreo e fluvial;

- nas áreas do núcleo interiorano, os Programas devem integrar suas ações às do grupo Executivo do Baixo Amazonas-GEBAM, ao POLAMAZÔNIA nos pólos Médio Amazonas e Trombetas; ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (previsto no I PND-NR), aos incentivos fiscais do FINAM, /max.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

apoiado na iniciativa privada, além do apoio do Ministério do Exército relativo à consolidação do sistema viário de penetração, através dos Batalhões de Engenharia e Construção, bem como do Ministério da Aeronáutica, através do 1º e 7º COMAR, com relação ao apoio, segurança e integração aérea regional;

- nas "áreas ribeirinhas", os Programas deverão objetivar o aproveitamento das várzeas, principalmente, aquelas dos rios de água branca (barrenta), através do PROVÁRZEAS; o aproveitamento dos recursos pesqueiros, através da integração da infra-estrutura de recepção já existente e sua melhoria e ampliação, além de sua complementaridade através do PROPESCA, PESCART e do próprio FISET - Pesca, administrado pela SUDEPE. Ainda, nas áreas ribeirinhas, os Programas deverão se associar às ações do Ministério da Marinha, especialmente quanto ao apoio, treinamento e segurança da navegação fluvial regional.

São essas as bases que deverão nortear a formulação e ajustamento dos Programas relativos a "Calha Norte" ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA.

CONFIDENCIAL

DEZ 85

CONFIDENCIAL

PROJETO CALHA NORTE - QUADRO CONSOLIDADO DOS RECURSOS FINANCIEROS A SEREM APPLICADOS PELOS MINISTÉRIOS SETORIAIS NO PERÍODO 1986-90

71

(ORTN e Preços de Out 85)

ÓRGÃO	1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN	Cr\$ Milhão	ORTN
MINISTÉRIO DA MARINA	76 114	1 305 542	58 240	998 968	-	-	-	-	-	-	134 354	2 304 510
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	85 549	1 467 388	144 531	2 479 082	41 922	719 071	8 641	148 216	10 279	176 312	290 922	4 990 069
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	17 963	308 122	12 277	210 591	15 333	263 014	10 281	176 354	10 281	176 354	66 135	1 134 435
MINISTÉRIO DO INTERIOR-FUNAI	33 910	581 645	31 070	532 931	18 050	309 604	18 050	309 604	18 050	309 604	119 130	2 043 338
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5 911	101 328	5 760	98 799	1 680	28 816	-	-	-	-	13 351	229 033
SUBTOTAL	219 447	3 764 085	251 878	4 320 371	76 985	1 320 505	36 972	634 174	38 610	662 270	623 892	10 701 465
ADMINISTRAÇÃO E ACCOMPANHAMENTO	1 000	17 152	1 000	17 152	1 000	17 152	1 000	17 152	1 000	17 152	5 000	85 760
TOTAL	220 447	3 781 237	252 878	4 337 523	77 985	1 337 657	37 972	651 326	39 610	679 422	628 892	10 787 165

CONFIDENCIAL

/max.

DEZ 85

CONFIDENCIAL

四

quadro consolidado das atividades previstas para as diferentes áreas e locais a serem desenvolvidas pelos ministérios setoriais no período de 1986-90